

Segmento: PUCRS

05/09/2018 | Folha de S. Paulo | Mercado | 24

## Amazon atinge US\$ 1 trilhão em valor de mercado e mira publicidade online

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/amazon-atinge-us-1-trilhao-de-valor-de-mercado.shtml>

05/09/2018 | Jornal do Comércio | Capa | 1

## Candidato à reeleição a vice-governador, Cairolí prega adesão ao RRF

página 18

05/09/2018 | Jornal do Comércio | Política | 18

## Valor de venda das estatais é entrave para RRF, diz Cairolí

O vice-governador José Paulo Cairolí (PSD) – que compõe a chapa à reeleição liderada pelo governador José Ivo Sartori (MDB) – revelou que um dos entraves para a assinatura do pré-acordo do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é o valor de venda da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (Sulgás) e da Companhia Rio Grandense de Mineração (CRM). Ele – que tem coordenado as negociações em Brasília, para o ingresso do Rio Grande do Sul no RRF – espera que Palácio Piratini feche o pré-acordo ainda em setembro.

Nesta entrevista do Jornal do Comércio da série com os candidatos a vice, Cairolí também defendeu a manutenção das alíquotas de ICMS.

Jornal do Comércio – Qual vai ser o seu papel como vice-governador?

José Paulo Cairolí – Primeiramente, tem que ter uma relação muito saudável com o governador, baseada na confiança mútua. Eu e o Sartori construímos essa relação ao longo desses três anos e meio que estamos no governo. Dito isso, tenho algumas missões, além de substituir o governador na sua ausência. Ao longo da nossa gestão, houve vários eventos em que, vamos dizer assim, fui o protagonista.

Minha função dentro do governo é muito mais resolver assuntos, usando minha experiência como empresário e, claro, em um segundo mandato, utilizando o conhecimento da máquina pública que adquiri durante o período como vice. Me sinto uma peça importante dentro do governo.

JC – O senhor pode citar alguns exemplos desses eventos em que foi protagonista?

Cairolí – Por exemplo, o tema dos precatórios. Junto com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), construímos a relação dos precatórios com a dívida ativa (medida que permite aos devedores de impostos usar precatórios para abater seus débitos com o Estado). É um projeto importante, construído ao longo de alguns meses, que foi transformado em lei, depois de ser aprovado na Assembleia Legislativa. Também tenho representado o Estado, junto com a PGE e a Sefaz, nas

negociações para o ingresso do Rio Grande do Sul no RRF. Mas, além dessas ações que coordenei diretamente, ajudei a construir toda essa reforma do Estado, que inclui a redução de secretarias, a extinção das fundações etc.

JC – Quanto ao RRF, como está a negociação?

Cairolí – Existem três estados que precisam fazer o acordo com o governo federal para a recuperação fiscal: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que já aderiu. Aliás, a lei foi feita às pressas para atender ao Rio de Janeiro, que estava em uma situação muito pior que a nossa. E, na pressa, o projeto saiu com algumas medidas que, talvez, não tivessem saído em uma discussão mais tranquila. Então o que está acontecendo agora? Nosso ingresso no RRF está sendo muito mais debatido (que o caso do Rio de Janeiro) com a PGE, a Sefaz, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em algum momento, dá a sensação de que os técnicos (da STN) não querem a adesão do Estado ao RRF. Estamos construindo um caminho com toda a dificuldade.

JC – Neste momento, o senhor trabalha para garantir a assinatura do pré-acordo?

Cairolí – Sim. Acredito que, ainda neste mês, Sartori deve assinar o pré-acordo. Por que o pré-acordo? Com ele, já estamos sinalizando a intenção de ingressar no RRF e assumimos uma série de compromissos que precisamos cumprir para fazer o acordo. De um modo geral, assumimos o compromisso de ter uma gestão mais adequada à situação do Estado. Com o pré-acordo, se deixarmos de executar um desses compromissos, podemos executar outro, desde que o resultado seja o mesmo ou melhor do que aquilo que está projetado. Além disso, através dessas medidas, temos que mostrar que vamos zerar o déficit ao longo da vigência do RRF, que vai ser de três anos (período em que ficaria suspenso o pagamento das parcelas da dívida com a União) ou de seis anos (caso seja prorrogado por mais três anos). Mas temos que ponderar algumas coisas. Se tiver crescimento econômico, vai ser mais fácil zerar o déficit. Senão, talvez leve de três a quatro anos.

JC – O que falta para assinar o pré-acordo?

Cairolí – O governo federal e a STN deveriam fazer um esforço (para ingressarmos no RRF). Em vez disso, criam algumas amarras que nos atrasam.

JC – Por exemplo?

Cairolí – Desde os valores que estamos fixando como resultados para as empresas estatais, até uma discussão em torno do valor patrimonial e o valor de oportunidade de negócios dessas companhias

JC – O senhor se refere aos valores de CEEE, Sulgás e CRM, que o governo pretende privatizar?

Cairolí – Sim, das estatais que estamos botando à venda. O valor do patrimônio não é necessariamente o valor pelo qual vamos vendê-las. E isso é normal.

JC – Já tem uma estimativa do valor de venda?

Cairolí – Isso vai ser publicizado no momento certo.

JC – Uma vez assinado o pré-acordo, o que acontece? Cairolí – Temos sete meses, prorrogáveis por mais cinco, para ingressar no RRF. Evidentemente, durante esse período, os projetos sobre a venda das estatais vão ter que passar pela aprovação da Assembleia. Então vai ser o próximo governador quem vai decidir sobre a assinatura do acordo do RRF.

JC – Há a expectativa, na Assembleia, de que o governo mande um projeto prorrogando as alíquotas de ICMS majoradas em 2015, que deixam de vigorar em 2018. O senhor é a favor da prorrogação?

Cairolí – Se reduzirmos o ICMS, R\$ 2,4 bilhões deixam de entrar nos cofres públicos. E mais: as prefeituras também deixam de receber, porque parte desse recurso – algo em torno de R\$ 300 milhões – vai para as prefeituras. Se estão tendo dificuldades hoje, como ficarão com menos recursos? Então a nossa defesa da continuidade (das alíquotas majoradas em 2015) é que o ajuste ainda

não está concluído. As despesas de custeio do Estado ainda não cabem no bolso do contribuinte. Por isso, temos que manter as alíquotas por mais um tempo. Pretendemos fazer uma negociação com a Assembleia, nos comprometendo a reduzir o ICMS, caso atinjamos o superávit.

## CAIROLI

José Paulo Dornelles Cairolí, 66 anos, é natural de Porto Alegre. Formou-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1974. Ingressou na Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. em 1975. Por seis anos, na década de 1980, atuou como diretor-superintendente da Comercial Farroupilha, distribuidora de combustíveis da Ipiranga. Em 1992, na gestão Alceu Collares (PDT), assumiu a presidência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), onde permaneceu até abril de 1995.

Teve atuação expressiva na Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), onde foi diretor nas gestões 2000-2002 e 2002-2004. No biênio 2004-2006, foi vice-presidente e comandou a entidade de 2006 a 2012. Presidiu a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil em 2013, mesmo ano em que se filiou ao PSD. Foi eleito vice-governador em 2014.

05/09/2018 | Jornal do Comércio | Política | 20

## Agenda 2020 define prioridades para os concorrentes ao Piratini

A Agenda 2020 reúne hoje mais de 400 voluntários de todos os segmentos da sociedade para definir as prioridades do Rio Grande do Sul a serem entregues aos candidatos ao Palácio Piratini. Após encontros de trabalho em todas as regiões gaúchas durante o primeiro semestre, agora o grupo consolidará o material a partir das 14h, no Centro de Eventos Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs). O resultado constará no Caderno de Propostas, que será entregue pela Agenda 2020 aos candidatos ao governo do Rio Grande do Sul, ainda no primeiro turno das eleições.

Os voluntários são profissionais de diversas áreas, estudantes, pesquisadores, lideranças empresariais e sociais. A Agenda 2020 busca transformar a realidade do Rio Grande do Sul por meio da mobilização de lideranças de todos os segmentos. O primeiro passo nessa direção foi dado em março de 2006, em Porto Alegre, quando um encontro reuniu 850 voluntários, entre empresários, trabalhadores, políticos e entidades civis, representando diferentes setores da sociedade, na sede da Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). De lá para cá, em torno de mil voluntários vêm debatendo as necessidades para o desenvolvimento do Estado, identificando os gargalos que travam o crescimento e elaborando projetos em 11 fóruns temáticos. As prioridades definidas já geraram propostas detalhadas que foram entregues para os candidatos ao governo do Estado nas duas últimas eleições.

A Agenda 2020 também faz o acompanhamento do que está sendo realizado pelo governo nas áreas definidas como prioritárias, entre elas: educação, saúde, segurança, agronegócio, cidadania e responsabilidade social, gestão pública, infraestrutura, inovação e tecnologia, meio ambiente e desenvolvimento regional. A gestão executiva da Agenda 2020 é realizada pela Agência de Desenvolvimento Polo RS, criada em 1995 com o objetivo de atrair investimentos para o Rio Grande do Sul. A Polo RS difunde a ideia da articulação entre poder público, universidades e comunidade para pensar o futuro de uma cidade ou uma região.

### AGENDA DOS CANDIDATOS

Quarta-feira, 05/09/2018

Eduardo Leite - PSDB, PTB, PP, PPS, PHS, PRB e Rede

8h30min Café da manhã no Sindicato dos Engenheiros do RS

13h30min Visita a empresas em Santo Antônio da Patrulha

20h Lançamento de candidatura ao Legislativo em Sentinela do Sul

Jairo Jorge - PDT, PV, Avante, Pode, PPL, PMB e SD

8h30min Evento de campanha em Erechim

13h30min Caminhada com correligionários em Passo Fundo

José Ivo Sartori - MDB, PSD, PSB, PR, PSC, Patri, PRP, PMN e PTC

19h Mobilização com correligionários em Estrela

Mateus Bandeira - Novo

11h30min Entrevista para o SBT Rio Grande

13h30min

Reunião com Associação das Empresas dos Bairros Humaitá e Navegantes em Porto Alegre

17h Gravação de programa de TV

Miguel Rossetto - PT e PCdoB

9h Gravação de programa de TV

14h Entrevista para o Jornal Já

Roberto Robaina - PSOL e PCB

10h Gravação de programa de TV

12h Ato na Esquina Democrática

18h Panfletagem no Centro de Porto Alegre

05/09/2018 | **Minuano** | **Minuano Empreendedor** | 6

## PGQP

Promovido pelo Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), o fórum F5 Design de Cenários – Leitura de Contextos para Inovação acontece no próximo dia 12, das 15h às 17h, no TecnoPuc, em Porto Alegre. A atividade tem como objetivo a prática interessada no futuro, com a finalidade de visualizar fatos e situações que devem ser consideradas nas decisões estratégicas que são tomadas no presente. A inscrição pode ser feita no site [sympla.com.br/f5](http://sympla.com.br/f5).

05/09/2018 | **O Nacional** | **Política** | 8

## "Combater a crise com educação emancipadora"

*Entrevista - Cacá Nedel*

Cacá Nedel é servidor da Câmara de Vereadores e concorre a deputado estadual pelo Podemos. Ativista da causa animal, quer fazer uma campanha com o conceito do veganismo. Seu slogan é o 'voto vegano'.

ON - Se eleito, como será sua atuação no Parlamento?

Cacá Nedel - Tenho muita experiência no Poder Legislativo. Já trabalhei na Câmara Municipal de Porto Alegre, na câmara de Passo Fundo como Chefe de Gabinete e, por dois períodos, na Assembleia Legislativa. Há mais de 5 anos sou concursado da Câmara de Passo Fundo. Minha atuação será fortemente propositiva e fiscalizatória do Poder Executivo.

ON - Como o senhor pretende fazer a campanha eleitoral? Focado em que plataformas?

Cacá Nedel - Minha campanha eleitoral está focada no campo das ideias com muita interação. Fugirei do modelo tradicional, pois, creio ser impossível atingirmos resultados diferentes agindo de maneira igual. Não colocarei faixas em casas e adesivos em carros, também não incomodarei a população com carros de som, e, não promoverei jantares. Minha campanha será através das redes sociais como a página do facebook Voto Vegano, meu whatsapp 54 996691027 e o instagram Voto Vegano.

ON - Passo Fundo tem demandas históricas como superlotação do Presídio Regional, Delegacia de Pronto Atendimento (DPPA) que nunca foi concluída, obra de ampliação do aeroporto, duplicação de rodovias como a ERS 324 e trecho urbano da BR 285. Com quais destas demandas o senhor (a) pretende se comprometer, caso eleito?

Cacá Nedel - Como servidor público assessoro as Comissões Especiais da Câmara de Vereadores que tratam exaustivamente de todos esses assuntos, os conheço de perto e me comprometo totalmente com essas e outras demandas da nossa cidade, como exemplo: a preservação dos recursos hídricos, uma vez que a água de nossa cidade abastece mais de 150 municípios do nosso estado.

ON - Cite outras demandas locais ou regional, se for o caso.

Cacá Nedel - Na Assembleia lutarei fortemente pela Causa Animal, contudo, não sou candidato de pauta única, tenho vários projetos para educação, cultura, saúde, esporte amador, desenvolvimento e infraestrutura, entre outros.

ON - Quanto pretende gastar na campanha e quais materiais serão utilizados?

Cacá Nedel - Mesmo sendo uma campanha baseada no intenso diálogo com os eleitores e que foge dos métodos tradicionais, há custos. Pretendo gastar em torno de R\$ 20.000,00.

ON - De onde virão os recursos para cobrir os gastos com a campanha?

Cacá Nedel - Os recursos virão das duas maneiras permitidas: doações do meu partido e das pessoas físicas que me apoiam através da vaquinha eletrônica do TSE.

ON - O senhor conhece o funcionamento da Assembleia Legislativa e do Congresso Nacional?

Cacá Nedel - Tenho uma vida política há quase 3 décadas e sou Especialista em Direito Público, sendo assim, conheço perfeitamente o funcionamento dos Três Poderes, tendo atuado profissionalmente em todos eles.

ON - Na sua opinião, qual a necessidade de representatividade política para uma cidade como Passo Fundo?

Cacá Nedel - Para qualquer cidade é importante ter um representante no parlamento estadual, no nosso caso essa representatividade é ainda mais forte, uma vez que Passo Fundo é uma cidade polo e seu desenvolvimento nas mais variadas áreas impactam toda a região.

ON - O que é fazer política na sua visão?

Cacá Nedel - Na República de Platão temos que o principal objetivo da política é a busca pela Justiça, pautada na Ética. Concordo plenamente, pois, só através dela conseguiremos fazer a diferença na vida de todos.

ON - O Brasil vive uma crise das mais profundas de sua história: qual será sua contribuição, se eleito, para mudar esta realidade?

Cacá Nedel - Para combater a crise precisamos investir em uma educação emancipadora, que faça com que as pessoas sejam protagonistas de suas histórias e saibam lutar pelos seus direitos. Com uma educação forte e combate à corrupção teremos geração de emprego e renda. A curto prazo devemos diminuir a carga tributária que consome os trabalhadores.

ON - O que o senhor entende por oposição e base governista?

Cacá Nedel - A minha candidatura é para fazer a diferença! Nos moldes atuais Oposição significa dizer “não” para tudo que o governante que não for do seu partido propor. Da mesma forma, ser base governista significa dizer “sim” para tudo que o governante da sua coligação disser. Em ambos os casos pouco importa se as propostas são boas ou prejudiciais ao povo.

Devido a isso estou no PODEMOS, um partido novo, um partido movimento que se considera de Centro. Não um Centro tradicional que não tem posição para poder surfar na onda de quem ganhar, mas, um Centro na definição técnica tendo liberdade para votar no que for bom e negar o que for ruim, pouco importando se as ideias são do partido A ou B. Essa dicotomia entre Direita e Esquerda vem, há anos, sendo prejudicial à população. Temos que parar de birras e entender que é para frente que se anda!

#### BREVE APRESENTAÇÃO

Cacá Nedel, é porto-alegrense, tem 43 anos e há 9 anos escolheu Passo Fundo como sua cidade. É Vegano e Ativista da Causa Animal há mais de uma década, no momento é o Presidente da ONG COMPATA.

É Bacharel em Direito pela PUC, Licenciado em História pelo Centro Universitário Metodista IPA, Habilitado como Juiz Arbitral pelo Tribunal de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Alvorada, Especialista em Direito Público pela Verbo Jurídico.

Em Passo Fundo é Servidor da Câmara Municipal, já coordenou o SINE quando terminou com a cruel fila da madrugada, foi chefe de Núcleo do Vídeo Monitoramento da Secretaria da Segurança Pública quando foi feita a ampliação do número de câmeras e criada a Central na Brigada Militar, e, atuou fortemente na estruturação da Defesa Civil, chegando a receber uma medalha do governo do estado.

## Suplentes de senadores, os políticos sem voto

*CADA UM DOS 15 ASPIRANTES ao Senado pelo Estado tem direito a dois substitutos escolhidos pelo partido, e não pela população*

Na atual legislatura, 21% dos senadores exercem o mandato sem ter recebido um único voto - dos 81, 17 são suplentes. Embora possa causar estranhamento, o cenário não é irregular: de acordo com a legislação eleitoral, cada parlamentar tem direito a dois substitutos escolhidos pelo partido, e não pela população. Apesar de os nomes serem retratados em letras menores nos panfletos, eles detêm, ao assumir, os mesmos direitos do titular no parlamento.

Cada Estado tem três representantes. Em geral, os efetivos se afastam por licença, nomeação como ministro, renúncia após ser eleito prefeito ou governador, cassação ou morte. Não há nenhum suplente do Rio Grande do Sul atuando, mas é uma realidade que o eleitor precisa ter em mente ao escolher seu candidato. No próximo mandato, os "políticos sem voto", como são chamados por analistas, devem decidir questões importantes, como a reforma da Previdência.

### LEGISLAÇÃO PERMITE A NOMEAÇÃO DE FAMILIARES

Nestas eleições, Estados elegerão dois senadores. Como o mandato é de oito anos, dois terços do Senado serão renovados. Como é comum que esses políticos sejam chamados para assumir secretarias estaduais ou ministérios no governo federal, são grandes as chances de novos suplentes saírem das sombras na próxima legislatura.

Há 15 senadores concorrendo pelo Estado. Seus 30 vices têm perfil conhecido na política: homens brancos, com Ensino Superior completo, são maioria.

- Suplentes servem como cabos eleitorais em nichos em que o titular não entraria. Ou para atrair dinheiro à candidatura. Partidos não divulgam os nomes na campanha porque não ganham voto com eles, mas podem perder. O correto seria que o vice fosse um candidato mais votado - avalia Hermílio Santos, professor de Ciências Sociais da PUCRS e coordenador do Centro de Análises Econômicas e Sociais.

Um exemplo dessa relação de uma "mão lava a outra" se dá no caso do ex-cinegrafista Thieres Pinto (PTB-RR), que assumiu no lugar do senador Telmário Mota (PTB-RR). Antes do pleito, ficou acordado que, em troca de conteúdo de vídeo para a campanha de Mota, Pinto teria direito de ser seu suplente.

A legislação também permite que titulares nomeiem familiares como suplentes. É o caso de Lobão Filho (PMDB-MA), que ficou entre 2011 e 2014 no lugar de Edison Lobão (PMDB-MA), escolhido para ser ministro de Minas e Energia no governo Dilma Rousseff (PT). Mais recentemente, Reditario Cassol (PP-RO) assumiu o mandato do filho, Ivo Cassol (PP-RO), que tirou licença por quatro meses.

Propostas para regular a condição do substituto tramitam no Congresso. São os casos da extinção do cargo e da redução do prazo para chamar vice (de quatro para dois meses), parada há dois anos. O projeto mais avançado prevê a redução do número de vices de dois para um e a proibição de indicar familiares. O suplente não recebe salário.

"Gera um sentimento de falta de legitimidade"

MICHAEL MOHALLEM

Coordenador do Centro de Justiça e Sociedade e professor de Direito da FGV no Rio

Michael Mohallem faz alerta ao eleitor: é preciso ficar atento aos nomes dos suplentes de senadores. Afinal, podem assumir o cargo, participar de votações e revisar decisões tomadas na Câmara.

Como avalia o mecanismo de eleição de suplentes a senador?

Isso tem gerado dificuldades do ponto de vista da representatividade, porque as pessoas mal conhecem o suplente que elegem automaticamente quando votam na cabeça da chapa. Em cargos para o Executivo, como de presidente ou governador, o vice acaba mais conhecido, mas é diferente no Senado. O indivíduo escolhe de antemão a suplência, o que gera um sentimento de falta de legitimidade. É diferente da Câmara, onde o suplente é o próximo da lista com mais votos dentro daquele partido.

Por que o eleitor deve se informar sobre os suplentes?

Na política brasileira, há a cultura do parlamentar que participa do governo ao ser nomeado como ministro de Estado ou ao concorrer a cargos como de prefeito ou governador. Além disso, o senador tem oito anos de mandato, tempo grande para concorrer a outro posto. Se isso acontecer, o suplente assume. O senador tem importância fundamental: exerce papel de revisão do processo legislativo que começa na Câmara. O senador pode influenciar no processo legislativo. Dentro do partido, o titular pode indicar um familiar e, muitas vezes, até um financiador de campanha. São táticas muito ruins para a democracia. Quando vejo a situação de partidos indicando familiares para suplente, minha primeira impressão é de evidência de fracasso da democracia interna dos partidos.

É comum que o suplente sirva como cabo eleitoral?

É natural do processo democrático o uso correto do espaço da suplência. Posso fazer uma coalisão de forças políticas trazendo um suplente de outro partido, portanto, atraio a legenda para aquela chapa. Mas também posso, como alguns fazem, se o titular é um homem, chamar como suplente a mulher para ter representatividade de gênero. O que deteriora a democracia é usar esses cargos para benefício da família ou de aliados muito próximos. Como se a candidatura fosse hereditária, um patrimônio.

O suplente não recebe nenhum voto do eleitor. Há risco de ele ter opiniões diferentes daquelas do senador eleito como titular?

Existem casos de vice, no Executivo, com posição muito diferente do titular. Então, há a possibilidade de o suplente ter visão diferente do titular e alterar os rumos da atuação parlamentar quando assumir. Mas, se ambos são do mesmo partido, geralmente têm proximidade ideológica. Geralmente, o sujeito de esquerda traz suplente do mesmo campo do pensamento.

Esses arranjos deveriam ser mais claros ao eleitor? Por que os partidos não dão publicidade aos suplentes?

Se meu partido usa a suplência para colocar um financiador, vou tentar escondê-lo, porque ele não tem representatividade política. Se o suplente é filho do político, essa informação cria constrangimento para o partido, mostra fraqueza partidária em sucumbir à vontade do titular da chapa. Ao mesmo tempo, há dificuldade em colocar uma figura muito proeminente na suplência, porque ela vai querer disputar como titular.

A legislação permite a escolha de parentes como suplentes. Há prejuízo à democracia?

Acho sinal de fraqueza dos partidos. E gera constrangimento à população ao perceber que o titular carrega um parente. É uma espécie de nepotismo eleitoral que, embora não seja proibido, é ruim para a democracia.

Qual a função?

O senador representa os interesses do Estado. Pode propor e modificar leis, fiscalizar o governo ao lado do Tribunal de Contas da União (TCU), sugerir emendas parlamentares, aprovar o orçamento do governo federal, além de analisar nomes para Supremo Tribunal Federal (STF), TCU, Banco Central, Procuradoria-Geral da República, agências reguladoras e embaixadas.

O salário é de R\$ 33.763. Além disso, há auxílios moradia (R\$ 5.500), médico e odontológico e verba indenizatória que varia para cada Estado (no caso dos gaúchos, é de R\$ 35,8 mil).

Em outros países

Segundo estudo de pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, dos 77 países com Câmara Alta (Senado) ao redor do mundo, 31 contam com senadores não eleitos. Os nomes são indicados por rei, assembleias estaduais, chefe de governo, conselhos locais ou colégios eleitorais. No México, o sistema é como o brasileiro. Nos Estados Unidos, é o governador que escolhe. Na Austrália, é a assembleia estadual. Em ao menos 12 países (incluindo Espanha, Suíça e Polônia), o suplente é escolhido após

novas eleições. Na Itália, é o segundo da lista eleitoral. Em Burundi, os ex-presidentes têm direito ao cargo vitalício de senador.

05/09/2018 | Zero Hora | Zh Casa & Cia | 8

## O valor do design

*APÓS EXPOSIÇÃO, DUAS PEÇAS CRIADAS POR ALUNOS DA PUCRS FARÃO PARTE DE AULAS PARA ADOLESCENTES E JOVEM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE*

Dois móveis infantis, projetados por alunos do curso de Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), para a disciplina de Laboratório Interdisciplinar de Design 1, fizeram parte de uma exposição promovida pela agência Paim com parceiros da Fundação O Pão dos Pobres no Shopping Iguatemi. Mas a história destas peças, assinadas pelos acadêmicos Bárbara da Silva Pinto e Thiago Augusto, está apenas no começo: elas serão reproduzidas nas aulas para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade do Curso Técnico e Profissionalizante de Marcenaria, produção que será doada para creches maristas e comunitárias sem fins lucrativos.

- Ficamos felizes em ver que o trabalho de nossos alunos, já no primeiro semestre, serviu para melhorar a vida das pessoas. Sejam elas nossos estudantes, alunos das instituições parceiras, das crianças em geral e, também, para sensibilizá-los para a solidariedade - afirma o professor Marcelo Martel, coordenador do curso vinculado à Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos.

O docente destaca que essa oportunidade é um diferencial importante para o currículo dos dois futuros designers, que, após somente seis meses de curso, já possuem um projeto próprio registrado no INPI.

TURBOLINO, DE THIAGO AUGUSTO

Sem arestas, as peças têm em suas concepções questões ligadas à segurança. A tinta é esmalte sintético

MIRIM, DE BÁRBARA DA SILVA PINTO

Entre as ideias, está a proposta de encaixes e dobras - assim como são móveis desmontáveis: ocupam o menor espaço possível quando armazenados

CRIADORES

Os trabalhos de Bárbara da Silva Pinto e Thiago Augusto foram criados durante o primeiro semestre de Design (que cursaram em 2017). Agora, as peças ganharão novas mãos:

- O móvel instiga a imaginação através da multifuncionalidade, com uma estilização da famosa Ilusão de ótica - conta Bárbara.

05/09/2018 | Zero Hora | Em dia | 15

## Próximos Dias

QUINTA

Pedro Dutra Fonseca, professor de Economia da UFRGS

SÁBADO E DOMINGO

By José de Mattos, economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS

05/09/2018 | Zero Hora | Sua vida | 28

# "Quero que vocês tenham menos medo do câncer"

*SIDDHARTHA MUKHERJEE, autor do premiado best-seller O Imperador de Todos os Males, fez palestra no Fronteiras do Pensamento*

Siddhartha Mukherjee foi provocador: repetidas vezes ao longo de sua palestra no Fronteiras do Pensamento em Porto Alegre, na segunda-feira, o oncologista indiano-americano indagou à plateia do Salão de Atos da UFRGS o que faria diante de situações hipotéticas envolvendo a possível descoberta de doenças antes mesmo do nascimento de um feto.

- Se vocês pudessem saber, com considerável precisão, baseada na genética, que a filha de vocês que está por nascer tem alto risco de desenvolver câncer de mama, que decisão tomariam? - desafiou.

As situações, ele revelaria, já não são assim tão hipotéticas.

- Estamos prestes a inventar um mundo em que podemos prever o risco de desenvolvimento de um tipo de câncer muito antes de isso se tornar detectável. Um risco que pode ser verificado ainda no feto - sentenciou o médico.

O tom provocativo, explicou Mukherjee, não tinha a intenção de assustar, mas de informar. Foi com esse mesmo objetivo que ele escreveu o livro *O Imperador de Todos os Males - Uma Biografia do Câncer*, que se tornou best-seller e surgiu a partir da conversa com uma paciente na qual o oncologista percebeu não existir, então, uma obra que pudesse indicar para explicar o câncer de sua origem até os dias atuais. A obra levou o Prêmio Pulitzer, em 2011, na categoria geral de não ficção.

Diante de um Salão de Atos lotado para a quinta conferência do ciclo Fronteiras do Pensamento neste ano, Mukherjee começou a palestra afirmando que, em uma pesquisa realizada há 22 anos nos EUA, as duas palavras que os entrevistados mais disseram temer eram "tubarão" e "câncer". Sobre a primeira, não teria muito o que falar; já sobre a doença, tinha bastante o que explicar.

- O que é essa coisa de que temos tanto medo? Como surgiu, por que ainda existe, qual o futuro do câncer? São algumas das perguntas que eu quero responder hoje. Quero que vocês tenham menos medo, quero que entendam que estamos fazendo de tudo para resolver esse problema.

O medo - mais do que da palavra, da doença - tem origem também no pouco conhecimento que se tinha do câncer, algo que Mukherjee explica em sua "biografia" da doença. O termo "câncer", ele afirma, sequer era ouvido nos círculos médicos há uma centena de anos. Atualmente, sabe-se muito mais sobre suas origens, seu desenvolvimento no corpo humano e seus efeitos. Ainda assim, todo o conhecimento científico em que têm sido concentrados esforços para compreender a doença não bastam para explicá-la completamente. Isso porque o câncer é um mal sem precedentes:

- Cada caso de câncer é um caso individual. A diversidade de tipos de câncer em humanos é igual à diversidade de seres humanos. Não há uma única outra doença cuja diversidade espelhe a diversidade de pacientes que têm a doença. E esse é um dos maiores desafios da medicina.

E por que isso não deve causar medo? Porque o câncer, garante o médico, tem sido muito melhor compreendido. A partir de abordagens personalizadas, levando hereditariedade, genética, hábitos de cada pessoa em consideração, tem sido possível pesquisar e desenvolver novos tipos de tratamento, que cada vez mais conseguem possibilitar sobrevida aos pacientes. Em nenhum momento da palestra, porém, Mukherjee propôs esperanças de encontrar alguma cura que seja aplicável a todos os casos de câncer.

Ao fim da apresentação, houve conversa mediada pelos médicos Carlos Alexandre Netto e Luiz Antônio Nasi. Questionado sobre o medo que os pacientes oncológicos sentem do futuro - pergunta em que foi lembrado o livro *Hoje Eu Venci o Câncer*, do jornalista David Coimbra -, Mukherjee empregou uma mensagem realista mas também, na medida do possível, otimista:

- É algo que acontece fundamentalmente porque não sabemos o que pode acontecer (com o desenvolvimento da doença em um paciente). Não posso prevenir a morte. Mas posso tirar a dor física. Posso evitar alguns fatores que podem levar à morte.

Com os livros, com as palestras, a intenção do médico é levar a sociedade a se aproximar desse universo científico. Para ele, é preciso fazer que esses questionamentos, que os problemas envolvidos no combate ao câncer e também as boas notícias cheguem ao alcance de todos:

- Eu posso ter as informações técnicas, os dados, mas as decisões são comuns a toda a humanidade. E, por isso, as pessoas precisam saber onde estamos. Se você não souber agora, isso vai acabar chegando até você.

## O CICLO DE CONFERÊNCIAS

O Fronteiras do Pensamento Porto Alegre é apresentado por Braskem, com patrocínio Unimed Porto Alegre e Hospital Moinhos de Vento, parceria cultural PUCRS e empresas parceiras CMPC Celulose Riograndense e Souto Corres. A parceria institucional é da Unicred. Universidade parceira: UERGS. Promoção: Grupo RBS. Aproxima conferência será em 8 de Outubro, com o artista chinês Ai Weiwei.

05/09/2018 | Zero Hora | Sua vida | 32

### **A concentração no mundo conectado**

A psicóloga Anissis Moura Ramos, mestre em Teologia pela PUCRS, fará palestra sobre como manter o foco em um mundo hiperconectado em 17 de setembro, às 19h30min, na Livraria Saraiva do Praia de Belas. O evento é gratuito e não é preciso inscrição. Entre os temas em debate, déficit de atenção e hiperatividade.

05/09/2018 | Zero Hora | Obituário | 33

### **Ivar Pacheco**

Uma pessoa idealista, honesta, amorosa, humilde e forte. Foi assim que Flávia Lorena Pacheco definiu o pai, Ivar Pacheco. O advogado morreu em 1º de setembro, aos 88 anos, no Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, em Santa Maria.

Nascido em 17 de julho de 1930, em Passo Fundo, Ivar mudou-se na juventude para Porto Alegre, onde formou-se em Direito na PUCRS, ainda na década de 1950.

Filho de Pedro Pacheco e Judith Pacheco (falecidos), retornou para à cidade natal a fim de auxiliar o pai, também advogado. Lá, conheceu a mulher, a professora universitária Lorena Camargo Pacheco, com quem teve, além de Flávia, a filha Maria Rosa Pacheco Vieira.

Segundo familiares, foram mais de 30 anos dedicados à advocacia, principalmente na área do direito trabalhista. Um dos primeiros advogados de Passo Fundo, Ivar defendia o ponto de vista dos empregados, atuando ao lado de vários sindicatos da região.

Aposentado, mudou-se para a Capital no início da década de 1980, para ficar perto das filhas. Mais tarde, uma nova viagem: trocou Porto Alegre por Santa Maria. Em 1991, perdeu a mulher, Lorena, após 31 anos de casamento.

Nas horas vagas, o advogado gostava de ler livros, estar junto dos parentes e aproveitar a praia de Capão da Canoa.

Conforme as filhas, Ivar foi espírita por mais de 30 anos, área que exercia com o maior prazer. Atuou como voluntário no Abrigo Espírita Oscar Pitha e também no Centro Espírita A Caminho de Jesus, ambos em Santa Maria, onde realizava trabalhos assistenciais com idosos.

Além das filhas, o advogado deixa a atual mulher, Terezinha Pacheco, os netos, Lucas, Vinicius, Gabriel e Matheus, e os genros, Gustavo e Ismar.

05/09/2018 | Correio do Povo | Ensino | 8

## Política Social

O Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, ligado ao Instituto de Psicologia da Ufrgs, realiza inscrições, até 17/9, ao processo seletivo para curso de mestrado. São 21 vagas, com ingresso em março de 2019. Edital com detalhes: [ufrgs.br/ppgpservicosocial](http://ufrgs.br/ppgpservicosocial).

05/09/2018 | Jornal do Comércio | Affonso Ritter | 8

## Hub One da Feevale

A Feevale anuncia, no dia 11 deste mês, o lançamento do Hub One. É um novo espaço destinado a projetos institucionais, laboratório, salas para pesquisa, empresas incubadas e empresas residentes com foco na indústria criativa, bem como as empresas hoje abrigadas na unidade de Novo Hamburgo do Feevale Techpark, Com investimento de R\$ 2,5 milhões, as obras já estão começando junto ao Campus II, em Novo Hamburgo, e a inauguração está marcada para novembro deste ano.

05/09/2018 | Zero Hora | Notícias | 8

## "Precisamos de política para qualificar e ampliar a EGR"

ENTREVISTA - ROBERTO ROBAINA

Candidato a governador pelo PSOL

Vereador em primeiro mandato em Porto Alegre, Roberto Robaina (PSOL) quer se eleger governador para fazer do Estado o principal agente de desenvolvimento econômico. A estratégia passa por fim dos pedágios privados, substituição da agricultura de exportação pela produção familiar, criação de estatais e revisão dos incentivos fiscais concedidos às grandes empresas.

Aos 50 anos, Robaina concorre pela terceira vez ao Piratini. Ciente da grave situação das finanças públicas, propõe a moratória na dívida com a União e o combate feroz à sonegação de impostos como formas de colocar em dia os salários do funcionalismo. Enquanto isso não for possível, espera contar com a paciência dos servidores, numa espécie de pacto com a categoria.

- Não é um pedido de trégua, é um chamado para que a gente faça uma revolução no funcionamento da máquina pública - afirma.

Robaina é o segundo entrevistado da série de ZH sobre o que propõem e como pensam os postulantes ao governo do Estado. A publicação segue a ordem das entrevistas agendadas com as assessorias dos candidatos.

É 1º de janeiro e o senhor acabou de assumir como governador. Qual a primeira medida que pretende tomar para tentar solucionar, a curto ou longo prazo, o que considera o mais grave problema do Estado?

Chamar entidades de servidores para colocar em pauta dois temas. O primeiro é o pagamento em dia dos salários. Ao mesmo tempo, fazer uma discussão com auditores e técnicos da Receita para estabelecer um plano de aumento da arrecadação e combate à sonegação. É um pacto com os servidores. Pagar em dia e valorizar servidores é necessário para tirar o Estado da recessão.

Seria um pedido de trégua?

Não. É restabelecer a normalidade constitucional. Isso significa pagar em dia.

Já em fevereiro?

Não, assim que tiver recursos. O primeiro compromisso é o pagamento dos salários. O déficit no primeiro semestre é de R\$ 1,5 bilhão. A sonegação é de R\$ 8 bilhões. Precisamos um esforço enorme dos servidores. Não é trégua, é um chamado para uma revolução no funcionamento da máquina pública.

O senhor fala muito em cortar isenções. Mexeria nas isenções da cesta básica?

Não, isso não é dominante nas isenções fiscais.

A maioria delas está prevista na Constituição. No que dá para mexer?

Tudo bem, mas e os R\$ 10 bilhões de isenção para a indústria de cigarro? No mundo inteiro tem cobrança, aqui tem isenção. Indústria automobilística, aqui tem isenção e se discute no mundo todo uma política nova. Fora o exemplo que dou sempre, da Videolar, do Lírio Parisotto, que recebeu isenção fiscal de R\$ 380 milhões e a contrapartida é gerar cinco empregos. Isso foi votado pela Assembleia, com exceção do PSOL. É uma indecência, quase três vezes o valor da cultura.

O PSOL tem apenas um deputado e, pela atual composição das forças políticas, a oposição ao senhor seria maioria. Como aprovar as medidas?

Isso não inviabiliza um governo.

Mas isso pode inviabilizar suas medidas.

Uma eleição do PSOL significa tomada de consciência. Não ficamos enrolando em campanha. Temos propostas claras e que indicam de onde vão sair os recursos. Ou pelo menos como vamos enfrentar a crise. Temos medidas que afetam os interesses dos poderosos. Quando falamos em cortar isenção de Videolar, John Deere, Philip Morris e Gerdau, estamos falando de grandes empresas que têm poder enorme. Essa mudança na consciência vai significar intensificação na pressão popular.

Não é utópico acreditar que a pressão popular é suficiente?

Maior de 1968, a rebelião que mudou muita coisa no mundo, tinha como slogan: sejamos realistas, exijamos o impossível.

O senhor propõe auditar a dívida e parar de pagá-la, mas a União pode bloquear as contas. Faz sentido essa medida?

Depende da União. Estamos em uma eleição nacional. O Brasil está discutindo que rumo vai tomar.

Mas qualquer um que se eleger dificilmente permitirá a moratória, só se Guilherme Boulos (PSOL) for eleito.

Se Boulos for eleito, está garantido. Ciro Gomes (PDT) fez um questionamento até da dívida das famílias no SPC. O país está se perguntando para onde vai. Os candidatos têm de dizer. Estamos disputando o governo de um Estado importante e temos de apontar o caminho para o país.

O governo Sartori atrasou o pagamento e os repasses da União foram bloqueados. Não teve efeito prático.

Teve. Sartori não pagou e o Supremo Tribunal Federal deu liminar para suspensão do pagamento. Numa crise grave temos de ter governantes que apostem numa mudança nos rumos e não no restabelecimento das condições que levaram à crise. O acordo de 1998 era péssimo, não mudou as condições.

O senhor concorda com o Regime de Recuperação Fiscal?

Isso não é um acordo. É um tratado de rendição. O governo do Rio Grande do Sul é rendido, subserviente à quadrilha que comanda o Palácio do Planalto.

Que termos teria um novo acordo com a União?

Não pagar a dívida e colocar na pauta a Lei Kandir. Se tem uma dívida da União com o Estado reconhecida de R\$ 50 bilhões e tem formas de debater.

Em todas as eleições se fala em Lei Kandir, mas nunca se avançou na compensação.

É que o PSOL nunca governou o Estado.

Se o PSOL governar, vai reverter a Lei Kandir?

Haverá uma mudança revolucionária. Vamos repautar assuntos e fazer mudanças. Não coloco a dívida e a Lei Kandir como receita imediata. É uma luta política. Não depende só do Estado, mas da linha política. O Rio Grande tem força para pautar o país. E questiono a própria lei.

Quer acabar com a Lei Kandir? Não seria prejudicial, já que dá competitividade ao Estado nas exportações?

Sei, é uma contradição. Temos escolhas para fazer, mas são a longo prazo. Se quisermos fazer do Rio Grande um exportador de soja, mantemos a política. Não acho que seja bom ter como eixo da economia a exportação de soja. Vai nos desindustrializar.

E qual seria o eixo?

O Rio Grande do Sul teria de se apoiar nas universidades.

O eixo da economia deve ser as universidades?

Sim, apoiado nas universidades. Temos um investimento em São Leopoldo de uma empresa alemã de tecnologia. Vão aumentar a planta, contratar mais gente. Por que estão ampliando em São Leopoldo? Porque tem a Unisinos, porque está perto do Uruguai e da Argentina. Eles têm uma aposta em tecnologia e temos de apostar nisso também.

É deixar a vocação agrícola?

Abandonar o centro da vocação à exportação. Boa parte da produção é do pequeno agricultor. Como todo o incentivo é à exportação, sobretudo de soja, o pequeno está cada vez mais dependente porque ela é fácil de vender.

Se tirarmos a produção do campo que responde pela maior fatia...

Não vamos tirar. É, de forma progressiva, incentivar a pequena agricultura, responsável por 70% da produção de alimentos. Também apostamos na industrialização, se não vamos ficar para trás.

Então o senhor defende isenção fiscal para atrair indústrias?

Não sou contra isenção fiscal. Sou contra isenção que não se justifique. Por isso dou o exemplo da Videolar. Poderia dar o da Philip Morris, que recebeu incentivo fiscal de R\$ 133 milhões para gerar 26 empregos. Não se justifica.

O senhor é favorável a alguma privatização?

Não. Sartori liquidou a Fundação de Economia e Estatística (FEE). Se tu vais fazer um plano de desenvolvimento para o Estado, não podes prescindir de técnicos, economistas, mestres e doutores. O Estado hoje não tem o cálculo do PIB. Sartori fecha a FEE e contrata a Fipe, uma empresa de São Paulo que não tem associação com o IBGE e não tem acesso aos dados. O Estado está sem diagnóstico de PIB. É um escândalo.

O seu plano fala na criação de uma empresa pública de transportes. Como seria?

Isso tem a ver com a política para a Região Metropolitana. É transporte coletivo. Toda a locomoção entre Porto Alegre e a Grande Porto Alegre é precarizada. São empresas com muito pouco controle público, com péssimo serviço, tarifas caras.

Mas com a empresa explorando o transporte? Vai ter ônibus, motorista, cobrador?

Explorando o transporte. Se a empresa privada explora é porque dá lucro. Não tem por que o poder público não entrar e ser elemento de regulação e controle.

E qual seria o custo disso? É viável?

Não temos estimativa detalhada. É viável num plano estratégico, não imediatamente.

Também está no seu plano acabar com os pedágios privados no Estado. Como financiar as obras?

É estratégico, uma concepção de Estado. Acho que precisa de uma política que vá qualificando e ampliando a EGR (Empresa Gaúcha de Rodovias).

A EGR assumiria os pedágios privados?

Exatamente. A experiência mais bem-sucedida foi a Concepa com a freeway. Foram quase 30 anos. Se a Concepa conseguiu funcionar por tanto tempo, por que não podemos ter uma empresa pública com capacidade de controle das rodovias?

Em cinco anos de vida, a EGR conseguiu duplicar quatro quilômetros.

É, mas o nível de sucateamento da EGR é grande. O tipo de cobrança de pedágio, por exemplo. Ela não tem uma política comercial com os padrões necessários para garantir uma expansão.

Teria de dar mais lucro? Vocês aumentariam as tarifas?

Sim, é possível.

Na segurança pública, qual será sua prioridade?

Não tem como resolver o problema sem uma mudança nacional. A política de drogas foge à alçada do Estado, mas a orientação do governador para a polícia, não. A nossa orientação será dar prioridade aos crimes contra a vida, e não aos crimes vinculados ao pequeno negócio de droga. Se quiser combater o grande traficante, não é na Restinga. Ele está nos bairros ricos, não nos pobres.

Mas é lá que tem tiroteio, bala perdida matando inocente.

Estão matando inocente em qualquer lugar. O sistema prisional tem de mudar. Hoje se prende muito e se prende mal. No sistema prisional do Rio Grande do Sul, 3% são homicidas, 30% estão ligados ao pequeno negócio de tráfico. Nos anos 2000, tínhamos 13 mil presos. Hoje são 40 mil e a situação piorou. Nossa prioridade é homicídio, latrocínio e feminicídio.

Como pagar o piso nacional do magistério?

Aumentando a receita do Estado e se comprometendo com os professores.

Em quatro anos e sem mexer no plano de carreira?

Sim. O salário é baixo. O plano de carreira dos professores é uma conquista que não tem de ser mexida.

Que proposta o senhor tem para melhorar o desempenho nos ensinos Fundamental e Médio?

As notas têm a ver, por um lado, com desvalorização dos professores. Outra questão importante é termos um plano de educação feito com os professores. Não pode ser de cima para baixo. Se construirmos um plano com o magistério, vamos melhorar.

O PSOL tem forte representação e influência nos sindicatos. Como se comportaria diante de uma greve do magistério?

As greves não podem ser tratadas como vi o prefeito Nelson Marchezan (de Porto Alegre) tratar os municipais. Isso é liquidar a relação do governo com o servidor. Acho que no nosso governo não teria greve.

Por alinhamento político?

Acho que um governo nosso significa uma mudança na tomada de consciência e um alinhamento no sentido de ter um plano de mudanças do Estado. Os servidores são os maiores interessados nisso e o povo pobre. As contradições não podem ser resolvidas desrespeitando os servidores e atribuindo a eles a responsabilidade da crise. Isso é ridículo.

No seu plano de valorização de servidores haveria metas, bônus por desempenho?

Acho que tem de ter meta, um plano conjunto com servidores. O serviço público precisa ter eficácia e combater a burocracia.

O senhor colocaria metas para os professores? Estamos falando de meritocracia?

Não, não. A ideia da meritocracia é espremer, tirar o couro do trabalhador. Não é esse o caso. Estou falando de metas construídas com a comunidade e que levem em conta a realidade local. Não precisa ter uma regra para todos. Tu podes estabelecer planos regionais, por escola. Tem de ser descentralizado e de baixo para cima.

Roberto Robaina (PSOL)

O candidato Roberto Robaina (PSOL) é o segundo sabatinado da série de entrevistas com os postulantes ao Palácio Piratini a ter declarações verificadas pelo É isso mesmo?.

Criado em 2014, o mecanismo de checagem de GaúchaZH entrou em nova fase desde o início da campanha deste ano, com foco na cobertura eleitoral. Para isso, ganhou o reforço dos repórteres do Grupo de Investigação da RBS (GDI).

O teste continua, nos próximos dias, com os demais concorrentes. A ordem de publicação segue a mesma sequência das entrevistas, agendadas com as assessorias dos candidatos.

A seguir, confira as declarações checadas pelos jornalistas José Luís Costa, Juliana Bublitz e Leonardo Vieceli. O vídeo com a íntegra da entrevista está disponível no site de GaúchaZH.

"O Estado hoje não tem o cálculo do PIB. Sartori fecha a FEE e contrata a Fipe, uma empresa de São Paulo que não tem associação com o IBGE e não tem acesso aos dados. O Estado está sem diagnóstico de PIB."

Neste momento, há impasse sobre o futuro do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho, mas como o resultado nacional do segundo trimestre acabou de ser anunciado, ainda há tempo de resolvê-lo.

O governo do Estado encerrou no primeiro semestre as atividades da Fundação de Economia e Estatística (FEE), então responsável pelo levantamento, e contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para realizá-lo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não reconhece a entidade como órgão público e não compartilha dados sigilosos.

Desde que foi contratada, a Fipe fez apenas uma divulgação, em junho, com mudanças na metodologia. Não tem exatamente as mesmas características, mas é uma forma de medir o desempenho da economia do Estado.

Em julho, a 7ª Vara da Fazenda Pública da Porto Alegre determinou a suspensão do acordo do Palácio Piratini com a entidade paulista. A medida é liminar e ainda pode ser revertida.

"Nos anos 2000, tínhamos 13 mil presos. Hoje são 40 mil e a situação piorou."

Em 2000, o número de presos era de 13.784, conforme mapa carcerário da época. Segundo a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), a população prisional nos regimes fechado, semiaberto, aberto e com tornozeleira eletrônica era ontem de 40.057 presos.

"Se tem uma dívida da União com o Estado (Robaina se refere às perdas da Lei Kandir) reconhecida de R\$ 50 bilhões e tem formas de debater."

A Lei Kandir foi criada em 1996 e, desde então, governos estaduais são impedidos de cobrar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre exportação de produtos primários e semielaborados, ou seja, não industrializados.

De acordo com dados apresentados pela Secretaria Estadual da Fazenda em outubro de 2017 na Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir da Assembleia Legislativa, as perdas líquidas acumuladas até dezembro de 2016 somavam R\$ 50,18 bilhões, em valores atualizados pelo IGP-DI em agosto de 2017.

O dado, segundo a Fazenda, é fruto de projeção da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe), ligada ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), do Ministério da Fazenda.

Apesar disso, nessa mesma época, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou, em audiência pública na comissão especial do Congresso que debate o tema, que a Constituição não obriga o governo federal a compensar os Estados de forma retroativa por desonerações de exportações. Ou seja: mesmo que o valor estimado esteja correto, a União resiste em reconhecer a dívida passada.

Em maio deste ano, a comissão especial do Congresso aprovou texto - que ainda precisa passar pelo plenário - obrigando a União a entregar anualmente R\$ 39 bilhões a Estados e ao Distrito Federal, mas o governo federal apresentou outra versão do texto, prevendo compensação anual de R\$ 3,9 bilhões. O impasse persiste.

05/09/2018 | Zero Hora | Notícias | 12

## Crise argentina respinga no RS

*REFLEXOS DA TURBULÊNCIA no país vizinho começam a afetar as exportações da indústria gaúcha*

A crise que chacoalha a Argentina cruza a fronteira com o Brasil e traz na bagagem impactos para o Rio Grande do Sul. Um dos efeitos da turbulência na economia do país vizinho, que assiste ao derretimento da moeda local frente ao dólar, atinge as exportações gaúchas.

O cenário representa obstáculo extra para a retomada de setores como a indústria do Estado, já que o mercado argentino está entre os principais destinos das mercadorias enviadas ao Exterior. Em julho, mês com os dados mais recentes, as exportações gaúchas ao país vizinho somaram US\$ 128 milhões, recuo de 22,9% em relação a igual período do ano passado, aponta a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs).

Mesmo com o resultado negativo, a Argentina foi o segundo maior destino das mercadorias gaúchas, ao receber 9,5% do total embarcado. Os principais itens direcionados ao mercado vizinho foram veículos automotores, que tiveram baixa de 29%, e produtos químicos, com redução de 22,2%.

- A crise por lá tem reflexos aqui no Rio Grande do Sul. Essa situação já está batendo nas exportações, principalmente nas registradas pela indústria. O quadro de dificuldades vindo da Argentina deve se prolongar nos próximos meses - projeta o economista Marcos Tadeu Caputi Lélis, professor da Unisinos.

O ramo calçadista é um dos setores no Estado que demonstram preocupação com o cenário do mercado vizinho. A apreensão cresceu nos últimos meses porque a Argentina assumiu recentemente o posto de principal destino das exportações gaúchas em

volume no segmento, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), com sede em Novo Hamburgo, no Vale do Sinos. De janeiro a julho, as exportações do Rio Grande do Sul ao país vizinho alcançaram US\$ 34,4 milhões, alta de 33,3% frente a igual período de 2017.

- A crise na Argentina preocupa muito. O país é o nosso principal cliente. Provavelmente, haverá queda acentuada nas vendas para lá nos próximos meses - avalia o presidente-executivo da Abicalçados, Heitor Klein.

#### RETENCIONES PODEM AFETAR PREÇO DO PÃO

Antônio da Luz, economista- chefe do Sistema Farsul, que representa o agronegócio no Estado, lembra que o governo argentino, pressionado pela turbulência interna, anunciou nesta semana a volta das retenciones - cobrança de taxa sobre exportações, inclusive de produtos básicos. Conforme o especialista, a medida tende a diminuir a competitividade do país e pode beneficiar concorrentes, como o Rio Grande do Sul, no comércio exterior.

Por outro lado, Luz frisa que o Estado também importa da Argentina mercadorias como trigo, cujo preço pode subir com as retenciones. Logo, a estimativa é de que haja impacto no bolso dos consumidores gaúchos que buscam produtos que dependem dessa matéria-prima, como pães e biscoitos.

Mesmo com a queda em julho, as exportações do Estado para a Argentina avançaram 4,3% nos sete primeiros meses do ano. Os embarques somaram US\$ 1,04 bilhão, segundo a Fiergs. De janeiro a julho, o total das vendas externas gaúchas cresceu 20,7% em relação a igual intervalo de 2017, alcançando US\$ 11,93 bilhões.

- A atual crise na Argentina estourou em maio. Como o Rio Grande do Sul é parceiro comercial do país, é natural que sinta os efeitos em setores como a indústria - sublinha o economista- chefe do Sistema Fiergs, André Nunes de Nunes.

#### Desvalorização do peso em quase 50% e negociação com FMI

A turbulência da economia argentina é medida pela situação do mercado de câmbio local. Neste ano, a desvalorização do peso frente ao dólar é de quase 50%.

Conforme analistas, as dificuldades cresceram com a piora do cenário externo para países emergentes. A situação decorre, em parte, da projeção de alta no juro dos Estados Unidos em ritmo mais rápido do que o esperado. Com a elevação nas taxas, o mercado americano torna-se ainda mais atrativo para investidores. Consequentemente, afasta recursos de países como a Argentina e o Brasil, onde os riscos são maiores.

- Quando os EUA sobem o juro, chamam os investidores. Países como a Argentina e a Turquia, que também passa por turbulência, dependem de recursos externos para fazer a economia funcionar. Por isso, a conta não está fechando - diz Pedro Ramos, gerente de análise econômica do Sicredi.

Ontem, representantes do governo argentino estiveram em Washington, nos Estados Unidos, para negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) adiantamento de recursos estabelecidos em acordo anterior. Na véspera, o presidente Mauricio Macri anunciou a volta do imposto sobre exportações e a redução do número de ministérios.

- O país tem elevado déficit fiscal. Grande parte dessa dívida é calculada em dólares. Com a desvalorização cambial, o problema se agrava. O momento da Argentina é marcado por incertezas. Isso também retrai o consumo da população - salienta o economista-chefe do Sistema Fiergs, André Nunes de Nunes.

05/09/2018 | Zero Hora | Marta Sfredo | 14

## Hub no Vale do Sinos

Negócios criativos e inovadores vão ganhar novo espaço no Vale do Sinos. A Feevale está investindo R\$ 2,5 milhões no Hub One, destinado a projetos institucionais e à instalação de empresas abrigadas na unidade de Novo Hamburgo do Feevale Techpark. As

obras começaram ao lado do Campus II, em Novo Hamburgo, com inauguração prevista para novembro.